

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-SA/0049/2013-2014  
POLÍTICAS INCLUSIVAS: MAPEANDO, CONHECENDO E  
IDENTIFICANDO AÇÕES DA UFAM DIANTE O INGRESSO DE  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

Bolsista Voluntário: Josivaldo Vilaça do Nascimento

MANAUS  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-SA/0049/2013-2014  
POLÍTICAS INCLUSIVAS: MAPEANDO, CONHECENDO E  
IDENTIFICANDO AÇÕES DA UFAM DIANTE O INGRESSO DE  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

Bolsista Voluntário: Josivaldo Vilaça do Nascimento  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

MANAUS  
2014

## RESUMO

A Universidade pública brasileira amazonense diante os alunos com deficiências e o processo de inclusão no ensino superior. A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC. Traz à tona um quadro em relação aos alunos com deficiência matriculados nesta Instituição de Ensino Superior Público e as ações que são desenvolvidas à alunos com deficiência. O conceito aqui adotado apóia-se nas reflexões teóricas de autores como: Matos, (2008); Braga, (2014) e Osório e Osório (2004). Trazendo como objetivos Identificar, classificar e caracterizar os estudantes com deficiência no âmbito institucional nos Campus do Interior e Capital e Identificar ações que são desenvolvidas na UFAM nos Campus do interior e capital. Adotou- se caráter de abordagem qualitativa, exploratória, documental e descritiva para análise de portarias, leis, ofícios, cartas, projetos e programas que baseiam os direitos para a pessoa com deficiência, além de documentos atuais fornecidos pelo órgão institucional, a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários, responsável pelo cadastro de alunos com deficiência por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão que conta com bolsistas do Programa Bolsa-Trabalho financiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES que auxiliam nas atividades acadêmicas de alunos com deficiência. Identificou- se nos Campus da UFAM as matrículas de 7 (sete) alunos com deficiência, sendo 4 (quatro) com deficiência visual nos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências - Química (Campus Itacoatiara), 1 (um) com deficiência auditiva do Curso de Agronomia do Campus de Humaitá e 1(um) com deficiência física também do Campus de Humaitá no curso de Pedagogia. Assim, a pesquisa trouxe dados referentes aos anos de 2013 e 2014 que se corresponde ao tempo de desenvolvimento da pesquisa, pôde- se observar que a universidade ainda não possui um banco de dados mais detalhado, apenas registros de alunos que por conta própria procuram auxílio aos órgãos responsáveis.

Palavras Chave: Políticas Públicas Inclusivas; Educação Inclusiva; Deficiência e Ensino Superior

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de <b>deficiência</b> dos acadêmicos da UFAM .....	21
Tabela 2 - Frequência de acadêmicos com deficiência por Campus da UFAM.....	22
Tabela 3 - Frequência de Acadêmicos por curso da UFAM.....	23

## LISTA FR SIGLAS E ABREVIACOES

CIDID- Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

DEPART- Departamento de Artes

GR- Gabinete da Reitora

ICHL- Instituto de Ciências Humanas e Letras

IFES- Instituição Federal de Ensino Superior

MEC- Ministério da Educação e Cultura

NEPPD- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial

OMS- Organização Mundial da Saúde

PcD- Pessoa com Deficiência

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROCOMUN- Pró Reitoria de Assuntos Comunitários

PROEG- Pró Reitoria de Ensino de Graduação

PSC- Processo Seletivo Contínuo

SESu- Secretaria de Ensino Superior

SISU- Sistema de Seleção Unificada

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	06
2. OBJETIVO GERAL.....	09
3. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	09
2.2 Objetivos Específicos .....	09
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
3.1 Deficiências .....	11
3.2 Políticas Públicas de Inclusão .....	12
4. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA .....	16
5. RESULTADO E DISCUSSÕES .....	19
5.1 Mapeamento dos estudantes com deficiência na Universidade Federal do Amazonas de acordo com documentos oficiais dos Campi da Capital e Interior.....	19
5.2 Ações desenvolvidas pela UFAM .....	24
5.3 Discussão .....	26
6. CRONOGRAMA .....	28
7. REFERÊNCIAS .....	29
8. ANEXOS .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial-NEPPD que conta com o apoio do Programa de Apoio à Educação Especial no Projeto Educação Especial: Cidadania, Diversidade e Educação Inclusiva, atendendo crianças da rede municipal e demais redes de ensino que possuem deficiência intelectual e demais dificuldades de aprendizagem, esta pesquisa de iniciação científica do qual se intera este estudo percebeu a necessidade de realizar entorno do âmbito institucional superior, buscando mostrar que a UFAM possui alunos com deficiência, pois se existem documentos que dão direito à sua frequência e permanência no meio acadêmico, onde estão esses alunos? Quais suas limitações? e Quais ações são desenvolvidas pela Universidade Federal do Amazonas.

Trazendo como objetivo Identificar, classificar e caracterizar os estudantes com deficiência no âmbito institucional nos Campus do Interior e Capital e as ações desenvolvidas na UFAM para os alunos com deficiência.

Obteve como ponto inicial a revisão sobre o que são as deficiências e quais são as mais constantes, para que sua abordagem ao longo do trabalho seja mais clara e precisa. Em seguida a pesquisa buscou apontar quais autores com foco no âmbito nacional de outras universidades brasileiras; que seguem seus estudos voltados para as pessoas com deficiência e seu processo de inclusão, reunindo um conjunto de opiniões que asseguram sua cientificidade sobre qual tipo de inclusão na pesquisa se trata.

Serão abordadas ao longo desta pesquisa, questões sobre o reconhecimento e identificação das pessoas com deficiência em uma universidade pública brasileira mais precisamente a UFAM, retomará brevemente os marcos políticos históricos dos documentos que asseguram os direitos da pessoa com

deficiência no ensino superior, para que possa ter uma base que assegurem os direitos do aluno com deficiência.

A pesquisa aqui apresentada em torno de uma educação de ensino superior e inclusiva retomará brevemente os marcos políticos históricos dos documentos que asseguram os direitos da pessoa com deficiência no ensino superior público e que possa ser visto em uma perspectiva inclusiva.

Adotou-se na pesquisa a abordagem qualitativa, pois para que sejam analisadas as políticas e como elas são implementadas dentro da Universidade Federal do Amazonas, a abordagem qualitativa é a que melhor pode nos mostrar em como abordar essa interpretação por

Para que se possa ter um eixo concreto, foi necessária a elaboração de um mapeamento dos estudantes com deficiência na UFAM. Partindo de documentos emitidos pela Pró-reitoria de Graduação (PROEG) do qual é responsável pela matrícula dos alunos em geral, detalhando os Setores Norte e Sul do Campus Manaus e Interior que será apresentado com informações desses acadêmicos nos Campus de Humaitá e Itacoatiara.

É neste sentido que o eixo da análise desta pesquisa se encaminhou, ou seja, apontar para o desafio da universidade pública brasileira mais especificamente na UFAM para incluir o aluno que apresenta deficiência e assim refletir sobre os aspectos dessa realidade, de forma sucinta, pois, são trazidos à tona, elementos da trajetória da universidade brasileira e seus papéis frente à construção de uma educação menos excludente por meio de políticas que mostram que a possibilidade de um ensino superior inclusivo.



## **2. OBJETIVO GERAL**

Mapear, classificar os estudantes com deficiência e identificar as ações desenvolvidas pela UFAM para promover o acesso e a permanência do estudante com deficiência no âmbito institucional nos Campus do Interior e Capital.

## **3. ESPECÍFICOS**

Identificar as políticas de inclusão voltadas para as pessoas com deficiências no âmbito institucional;

Mapear os estudantes com deficiência regularmente matriculados na UFAM;

Caracterizar os graduandos com deficiências regularmente matriculados na UFAM;

Relacionar os aspectos facilitadores e dificuldades do processo de inclusão de estudantes com deficiência na UFAM.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa pretendeu encaminhar algumas reflexões para uma possível resposta a questão fundamental a todos que atuam de diferentes formas, junto à educação: o que é inclusão? A possibilidade de responder essa indagação só foi possível por meio de novos questionamentos referentes à retomada do papel que a sociedade brasileira vem desempenhando nas diferentes formas de sua organização, o que reforça constantemente, a sua seletividade sobre diferentes grupos sociais impõe uma “organização” institucional.

Tendo em vista assim no presente projeto serão abordadas questões sobre o reconhecimento e identificação e mapeamento das pessoas com deficiência na Universidade Federal do Amazonas e quais são as ações desenvolvidas pela universidade para garantir sua permanência no ensino superior.

Poucos ainda podem ocupar dos espaços coletivos dos quais se socializa e se cria o conhecimento como forma de saber e instrumento de transgressão desses condicionantes.

A materialidade de seus propósitos se configura na pedagogia da exclusão, que vem sendo aperfeiçoada e constantemente exercitada desde as origens mais remotas da civilização, de forma condizente com o modo em que estão sendo construídas as condições sociais da humanidade.

Para que possa ter uma fundamentação sobre o que é Inclusão e como ela pode ser vista na realidade, foi trabalhado com autores e trabalhos que mostrassem o conceito que aqui é apresentado. Tais como: Matos, 2008; Braga, 2014; Melo, 2009 e Osório & Osório, 2004).

A Educação enquanto área que se responsabiliza pelo acesso e apropriação dos saberes sistematizados por significativos avanços, que permeiam desde sua regulamentação até sua intervenção nos processos de inclusão (MATOS, 2008).

Em função das complexidades e das diferentes dimensões que envolvem distintas leituras e suas operatividades. A inclusão configura-se no interior de processos contraditórios e, por isso, conflitantes, que só podem ser compreendidos no contrapondo desse discurso, pela forma mais marginal da organização humana, as sociedades restritivas, explícitas e compreendida de uma forma mais apurada e transparente, em suas manifestações culturais.

Para Osório e Osório (2004,p. 08):

São contraditórios, ambíguos e subjetivos, os discursos sobre "inclusão", surgem num apaziguamento dos conflitos latentes no tecido social, fruto das estratégias neoliberais, em tentativas localizadas de categorização, que se enunciam nas mais diferentes ordens, como inclusão social, inclusão escolar, inclusão na saúde, inclusão das inclusões, carregadas pelas possibilidades "utópicas e subjetivas" de igualdades dos mesmos direitos, tentando interromper os ciclos constantes agrupados pelas diferenças na história da humanidade, a exclusão.

Ou seja, os discursos sobre inclusão surgem na sociedade em que é necessário exercer esse papel para que o indivíduo possa ser incluído tanto no meio escolar, na saúde, em geral na sociedade que ainda busca deixar de lado as categorizações na tentativa de superação dos pré- conceitos.

Por meio de uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, é possível criar condição para que as pessoas, independentes das suas diferenças, tenham efetivados seus direitos à educação. De acordo com Ferreira (2007), inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas sim preparar esse ambiente para recebê-la.

Numa síntese preliminar, "somos todos iguais". É uma tentativa de superação dos pré-conceitos, presentes ou ausentes, mas determinante ao longo de nossa história das diferentes sociedades.

Portanto, a educação assim vista como a área que mais é utilizada para sistematização e distribuição de conhecimento, passa por processos de mudanças e avanços para que o processo inclusivo possa fazer parte da intervenção no processo de aprendizagem do aluno com deficiência em sala, seja ela qual for o nível de escolarização, Fundamental, Médio ou Superior.

#### **4.1. DEFICIÊNCIAS**

De acordo com o que define o art. 3º do Decreto nº 914 de 06 de setembro de 1993 (BRASIL, 1993), a pessoa com deficiência é aquela que “apresenta, em caráter permanente, perdas e ou anomalias de sua função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”

Em 13 de dezembro de 2013, durante a reunião da Assembléia Geral da INU, na cidade de Nova York, foi realizada a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiências (PcD), na qual foi ratificado de que a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esses impedimentos, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, com igualdade de condições em relação às demais pessoas.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), as deficiências podem ser congênitas ou adquiridas e podem assim ser classificadas: deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência mental (leve, moderada, severa e profunda), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência múltipla (duas ou mais deficiências associadas). Na conceituação definida pela Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e a incapacidade, como restrição, resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal, que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência (NERI, 2003).

#### **4.2. POLÍTICAS DE INCLUSÃO: Documentos Oficiais para o Processo de Inclusão dos estudantes com deficiências no Ensino Superior.**

O direito de todos à educação, proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1848 (Brasil, 1995) e retomado na Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) como “direito de todos e dever do Estado e da família”, é um princípio que está presente na Lei 9394/96, das Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).

Nossa Constituição assegura às pessoas com deficiência esse direito e elege como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência (Art.206, Inc. I), sendo dever de o Estado oferecer, garantias de acesso aos níveis mais elevados do ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Art.208 In. V).

Estes dispositivos são consoantes, seja com a Declaração Mundial de Educação para todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1991).

Seja com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento assinado durante a conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso a qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, no período de 07 a 10 de Julho de 1994 que, inspirados no princípio da escola para todos, defendem a universalização da qualidade de ensino e que todas as escolas reconheçam a diversidade e as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada aluno.

Na Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994, “a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais.” (BRASIL; 1994). Da qual dispõe da criação de uma disciplina curricular para a formação de profissionais para atuarem junto às pessoas com deficiência e que as mesmas possam ter acompanhamento de acordo com suas especificidades.

Para que a pessoa com deficiência possa no âmbito institucional possa ter seu direito assegurado foram criados três dispositivos legais fundamentais, dentre eles a portaria 1793/94 de dezembro de 1994, a portaria 3. 284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5. 296 de 02 de dezembro de 2004.

A portaria 3. 284 de 07 de novembro de 2003, “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.” (BRASIL; 2003). Aponta ainda, que caberá a Secretaria de Educação Superior- SESu do Ministério de Educação e Cultura- MEC, estabelecer os requisitos de acessibilidade.

O Decreto nº 5.626/05 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

O Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, denominado Lei da Acessibilidade, regulamenta as Leis 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e a lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a formação da acessibilidade.

Este decreto troca as diretrizes para promover uma ampla reforma que garanta a acessibilidade à pessoa com deficiência em logradouro e instituições públicas e privadas que determina ainda, o trabalho entre vários ministérios e secretarias visando apoiar e financiar projetos que garantam a acessibilidade universal.

A Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, no seu artigo 27º estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior:

As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. (BRASIL, 1989)

No contexto universitário, a concepção de decretos iguais para todos, também recebe destaque nas políticas propostas pela UNESCO na Conferencia Mundial sobre Educação Superior regulada em Parecer em outubro de 1998 apresentado como principais postulados ideias em contra posição atual de ensino superior.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), "Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Criado em 2005 até o ano de 2011, o Programa Incluir- Acessibilidade na Educação Superior é uma ação afirmativa desenvolvida pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a favor da inclusão de pessoa com deficiência da Educação Superior, financiando projetos na busca por uma educação d qualidade, visando a inclusão de todos os segmentos sociais mantém aberta a linha de inclusão social que realizará periodicamente chamadas públicas para apresentação de projetos para concorrer a financiamento.

Por meio deste programa, foram criados Núcleos de Acessibilidade com chamadas públicas às Instituições Federais de Ensino Superior que apresentem projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidades, visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

Também podemos observar os seguintes eixos que são colocados para a estruturação de políticas de acessibilidade nas IFES:

a) Infra- estrutura: Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal;

b) Currículo, comunicação e informação: A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de Tecnologia Assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

c) Programas de Extensão; A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

d) Programas de Pesquisa: O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da Tecnologia Assistiva. (BRASIL, 2013, p. 14-15)

## **5. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA**

Este estudo foi realizado dentro das concepções de pesquisa qualitativa e para corresponder aos seus objetivos, classifica-se esta pesquisa em Exploratória e Descritiva, além da sua metodologia de estudo ser de classificação bibliográfica e documental.

A abordagem Qualitativa se caracteriza, entre outros aspectos, por analisar o contexto onde as situações ocorrem, valorizando-se o significado que as pessoas dão às situações e eventos. A fim de acompanhar o movimento destes



contextos, não deve haver hipóteses fechadas antes da entrada em campo (BOGDAN & BIKHLEN, 1994; MONTEIRO, 1998).

Nesse sentido, a pesquisa refaz-se constantemente no próprio processo de investigação, admitindo a existência da intersubjetividade e da reflexibilidade na construção de significados. Para isso, utiliza-se de um planejamento flexível, em que os focos de interesse vão sendo repensados, as técnicas de pesquisa, modificados, os instrumentos de investigação, revistos e fundamentos teóricos reavaliados. (MINAYO, 1993).

Para Minayo, (1993), na discussão entornam do que seria a abordagem qualitativa e quantitativa, mostra que seus objetivos são de demonstrar a realidade social. Utiliza de princípios vistos por Hughes, no qual é possível utilizar tais para mediante a pesquisa e do qual se trata dos dados coletados na pesquisa e que irão indicar a quantidade de acadêmicos com deficiências, podemos entender melhor sua função neste trecho: "... o que é real são considerados dados objetivos; valores e crenças são realidades subjetivas que só podem ser compreendidas através dos dados brutos." (HUGHES: 1983, p. 42-43).

No processo de análise do levantamento bibliográfico passa a mostrar o ponto de vista e opiniões de autores e teóricos referentes à inclusão de pessoas com deficiência. Para Gil, (2010) "... deve-se dar preferência às obras científicas, evitando-se as de vulgarização. Isso não significa, porém, que compêndios, tratados e mesmo de introdução a determinada disciplina devam ser sumariamente descartados."

Podemos perceber a necessidade da busca para esse levantamento a utilização de periódicos científicos, Teses e Dissertações, Anais de encontros científicos além de Periódicos de indexação e resumos na área estudada, pois se tratam de registros científicos e principalmente de relevância científica.

Assim a finalidade da pesquisa bibliográfica "[...] é de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi descrito" (LAKATOS ; MARCONI; 1992 p. 44).

Nesse estudo a análise documental abrangeu desde as declarações internacionais até as políticas nacionais e suas formas de implementação na UFAM. Segundo a definição de Lüdke e André (1986), documentos são conceituados como quaisquer materiais escritos, produzidos no ambiente de pesquisa, que possam ser usados como fonte, de informação. Sendo assim, serão utilizadas publicações referentes à temática que abordam resultados de pesquisas já realizadas na área.

"Documentos são conceituados como quaisquer materiais escritos, produzidos no ambiente de pesquisa, que possam ser usados como fonte, de informação. Sendo assim, serão utilizadas publicações referentes à temática que abordam resultados de pesquisas já realizadas na área". (LUDKE; ANDRÉ; 1986, p. 48).

No que tange ao processo de sistematização dos dados, foram selecionadas e tratadas as informações legais contidas nos dispositivos oficiais, tais como resoluções, portarias, diretrizes, leis e ofícios. Para Gil (2002, p. 45) este procedimento de pesquisa documental "[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa".

Podemos citar também que Gil, (2010, p. 50) coloca como a interpretação de dados com "[...] significado mais amplo dos dados é obtido mediante seu cortejo com as teorias selecionadas para fundamentação do trabalho." Assim a análise será mediante sua visão teórica baseada no documento estudado e do qual se quer aproveitar e colher as informações que possam contribuir para a pesquisa.

Para a análise dos dados foi necessário a elaboração dos gráficos que será utilizado no mapeamento pode- se citar esse método que de acordo com Andrade (2010) os gráficos são figuras usadas para a representação de dados numéricos ou resultados extraídos da análise de dados, que permitem evidenciar as relações

ou estabelecer comparações entre eles.”. Pode ser percebida a utilização destes gráficos no tópico em que é possível ser mostrado a quantidade, localidade e caracterização dos estudantes com deficiência e qual as mais comuns encontradas na UFAM.

Portanto, espera-se como contribuição científica que os resultados apontem um panorama de como se implementam as políticas inclusivas para a inclusão no Ensino Superior, tendo em vista os inúmeros desafios para que os dispositivos legais concretizem-se na prática. Busca-se para contribuição científica mostrar onde estão estes alunos com deficiência e se as declarações internacionais e políticas estão sendo promovidas e implantadas para os discentes com deficiência na Universidade Federal do Amazonas.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Mapeamento dos estudantes com deficiência na Universidade Federal do Amazonas de acordo com documentos oficiais dos Campi da Capital e Interior.**

Neste tópico serão abordadas entorno dos alunos com deficiência devidamente matriculados na UFAM, este processo de mapeamento e caracterização serão baseados em um documento oficial emitido pelo Pró Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Amazonas, detalhando, qual a especificidade de cada um, o curso que realiza na universidade e se o mesmo possui o auxílio de monitores provenientes do Programa Bolsa- trabalho.

Na universidade um dos atendimentos prestados é caracterizado pelo acompanhamento pedagógico mediante a contratação de monitores com recursos vindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, estabelece que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas em áreas, dentre elas, de acordo com o documento oficial emitido pela presidência Decreto nº 7.234 de julho de 2010, §: "acesso, participação e

aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação."

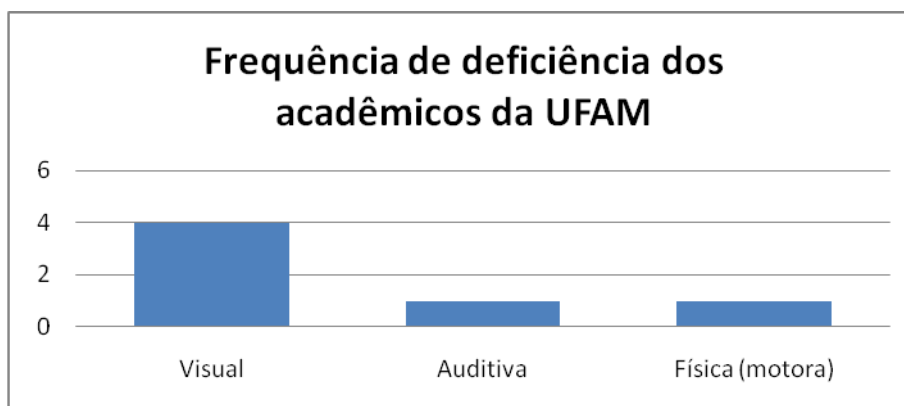
O projeto abrangeu principalmente e toma como base a coleta destes dados baseados em documentos oficiais solicitados ao órgão correspondente ao atendimento pedagógico por meio de acadêmicos bolsistas e assim analisando o documento emitido, identificando sua origem, número de registro e data de emissão, assim mostrando sua autenticidade veracidade diante a pesquisa que podem ser encontradas em anexo no presente relatório.

Foram solicitados dados primeiramente a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PROCOMUN), da qual possuem serviços tais como o Programa bolsa trabalho votados para alunos com deficiência, vinculados a Comissão de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal do Amazonas, tal documento foi enviado com data do dia 30 de janeiro de 2014 e respondido no dia 15 de fevereiro do mesmo ano. Nele era solicitado o nome dos alunos com deficiência, o curso do qual faz parte e sua Unidade acadêmica. Porém para que possa- se obter também um quadro estatístico das matrículas oriundas dos alunos com deficiência fez necessário elaborar uma documentação oficial a Pró Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) e da qual é responsável pelas matrículas dos alunos da Universidade tanto na Capital quanto no Interior do Estado do Amazonas, já que o projeto visa não só os alunos dos Campi da cidade de Manaus, mas também dos outros Campi do interior do estado.

O Ofício nº 36/2014 no dia 07 de maio de 2014 para a PROEG, responsável pela matrícula dos alunos da UFAM. Assim no documento em questão eram solicitados os dados das matrículas de alunos com deficiência, especificando o Campus, Curso, nome completo e sua deficiência. Tendo em vista a criação e vigência de políticas públicas que tomam com direito o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior, deu- se a indagação seguinte: Onde estão esses acadêmicos com deficiência? Qual a especificidade de cada um? Quais os cursos que possuem alunos com deficiência?

Assim para buscar responder tais indagações, este ponto da pesquisa pretende levantar baseado em documentos solicitados e emitidos pelo órgão solicitado na pesquisa. A Universidade Federal do Amazonas vem avançando ao longo dos anos no que se trata do tema inclusão, neste tópico trará a tona dados relevantes coletados ao longo desses 12 meses de pesquisa, tais dados foram obtidos por meio de documentos solicitados ao respectivo órgão em questão. Depois de coletados esses dados, fez-se assim a análise de tais que podem ser representados nos gráficos a seguir:

**Tabela 1 - Frequência de deficiência dos acadêmicos da UFAM**

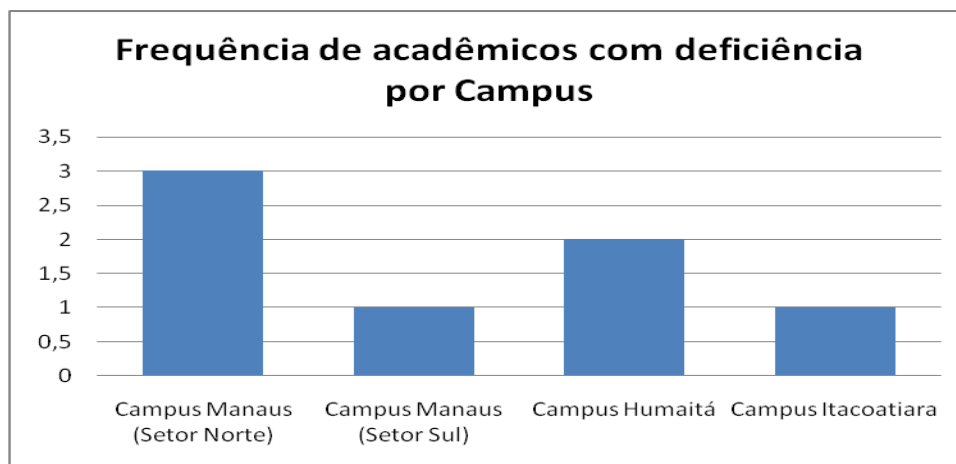


Fonte: Memo nº 281/2014- DAEST/ PROCOMUN

Por meio do documento apresentado pela Pró reitoria de Ensino e Graduação e Pró Reitoria de Assuntos comunitários, pode ser observado a quantidade de alunos matriculados na Universidade, este quantitativo partiu de um cadastro realizado pela Comissão de Inclusão e Acessibilidade aos alunos que buscam auxílio para que possam ter um melhor desempenho no meio acadêmico.

Baseado nos dados aqui expostos detalha-se a frequência de deficiência de acadêmicos com registros no órgão em questão na UFAM. Assim nota-se a presença de três deficiências: Visual, Auditiva e Física. E assim 03 (três) alunos possuem deficiência visual, um com deficiência auditiva e um com deficiência física/ motora, predominando alunos com deficiência auditiva, dos quais recebem o auxílio de um monitor nas atividades acadêmicas diárias.

Tabela 2 - Frequência de acadêmicos com deficiência por Campus da UFAM

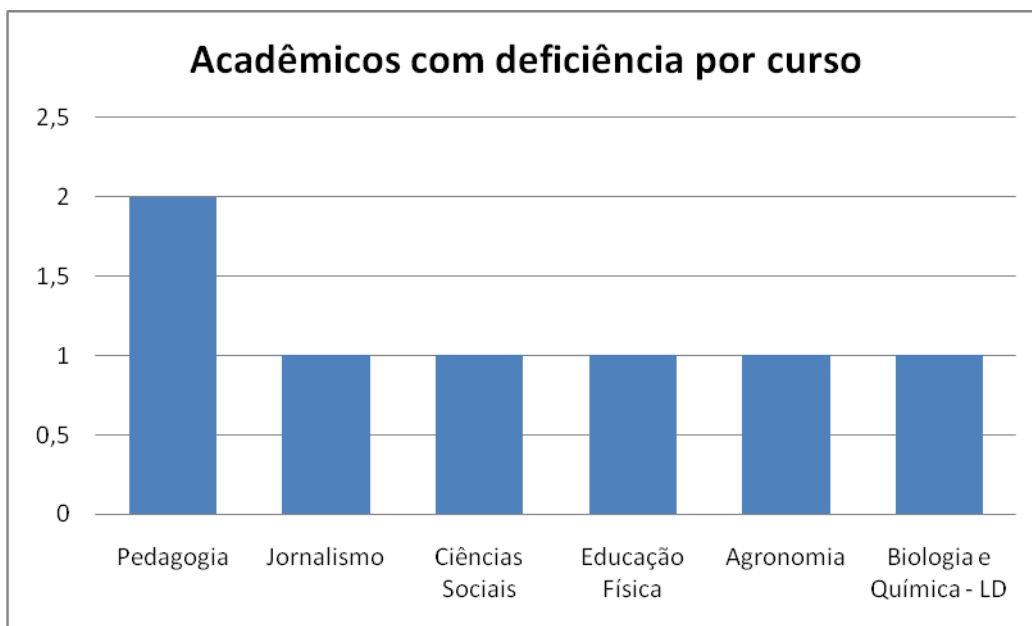


Fonte: Memo nº 281/2014- DAEST/ PROCOMUN

Sendo assim, como foi visto na figura anterior, a UFAM possui alunos com deficiência frequentando o meio acadêmico pode ser observado no quadro presente a frequência de acadêmicos agora sendo divididos por acadêmicos com deficiência nos Campus da UFAM, a maioria está matriculada no Setor Norte da Universidade (Campus Manaus) com 3 (três) alunos com deficiência, sendo todos com deficiência visual, uma com perda total da visão; outro também com baixa visão e o terceiro com deficiência visual no olho direito e baixa visão no olho esquerdo.

Agora no Setor Sul (Campus Manaus), segundo documento emitido pela PROCOMUM e PROEG, encontra-se matriculado um aluno com deficiência física do qual foram fornecidos dados mais específicos em torno de sua deficiência. Nos Campus do Interior do estado, encontram-se 2 (dois) acadêmicos oriundos do Campus de Humaitá 01 (um) com deficiência auditiva e 01 (um) com deficiência física; No Campus de Itacoatiara foi identificado apenas 1 (um) aluno com deficiência visual no olho esquerdo e baixa visão no olho direito, que também não foram fornecidas informações mais detalhadas sobre as deficiências de cada indivíduo.

Tabela 3 - Frequência de Acadêmicos por curso da UFAM



Fonte: Memo nº 281/2014- DAEST/ PROCOMUN

Na figura 03, busca-se corresponder à indagação sobre onde quais são os cursos que possuem discentes com deficiência de acordo com documentos oficiais emitidos pelos órgãos responsáveis. Podemos observar que o curso de Pedagogia possui a maioria desses alunos com a quantidade de 2 (dois) alunos; o curso de Jornalismo com 1 (um) aluno; de Ciências Sociais com 1 (um) aluno; Educação Física com 1 (um) aluno; Agronomia com 1 (um) aluno e Biologia com 1 (um) aluno matriculado e com registro na Pró Reitoria competente.

Aqui, seguindo um dos objetivos específicos da pesquisa e buscando responder, foi feito e elaborado o levantamento de dados por meio de solicitação aos órgãos institucionais competentes e também por meio de um cadastro que aluno realiza na Comissão de Inclusão e Acessibilidade na Ufam, foram identificados que a maior parte desses alunos está matriculado na Cidade de Manaus no Campus Senador Arthur Virgílio Filho, nos Setor Norte e principalmente nos cursos de Humanas e Sociais, podemos encontrar também alunos nos Campus do Interior tais como Itacoatiara e Humaitá que, porém são em pequena quantidade e com detalhes menos favoráveis ao projeto.

## **7. Ações desenvolvidas pela UFAM.**

Algumas das ações desenvolvidas na UFAM são dentre elas a criação da Comissão de Inclusão e Acessibilidade da UFAM de acordo com Portaria GR nº 1899/ 2010, de 03 de agosto de 2010; com a Portaria nº 2711/ 2013 emitido pela Reitoria da Universidade a Comissão no momento é composta por servidores das mais diversas áreas do conhecimento da própria Universidade Federal do Amazonas, tal portaria designa como presidente o Professor Especialista Renato Antônio Medeiros Pinto do Departamento de Artes (DEPART) do Instituto de Ciências Humanas e Letras- ICHL.

Além desses profissionais é composto por servidores e discentes que se disponibilizam para que possa ter um trabalho bem desenvolvido e que acompanhe os alunos com deficiência na UFAM.

A comissão segundo o Presidente Prof. Renato Brandão, não é um órgão ou um setor, e sim uma ação na qual é feita uma reunião com membros, alunos e servidores para que seja relatada uma situação em comum envolvendo alunos com deficiência.

Segundo o presidente os alunos tanto da graduação quanto da Pós graduação não são encaminhados diretamente para a comissão e sim o mesmo deve buscar algum tipo de informação ou ajuda, pois deve se ver como necessitado e deficiente.

Um documento elaborado pelos membros da Comissão de Inclusão em reunião ordinária foi proposto afim de que a UFAM tenha uma política de inclusão própria, na qual sirva como base para toda a instituição e que assim possa ter uma melhoria no processo de inclusão desses acadêmicos; e estes possam ter suporte e apoio necessário desde o processo de entrada na UFAM pelos processos seletivos dentre eles o PSC (Processo Seletivo Contínuo) e o SISU (Sistema de Seleção Unificada).



A inclusão do aluno com deficiência ainda tem representado um desafio na educação superior. Todavia, as estatísticas oficiais, os estudos e pesquisas, em sua maioria no Brasil, elucidam a cerca da condição do sujeito na educação básica, apesar de já possuírem pesquisas voltadas para tal tema ainda é pouco o que se tem sobre essa situação.

Ainda indica a carência da reflexão e, sobretudo políticas públicas que contemplem ações para uma educação inclusiva contextualizado no ensino superior enfatizando a Universidade Federal do Amazonas.

O cenário da universidade poderá ser modificado se mudarmos nossa postura, reagindo aos condicionantes da situação social. É preciso repensar a nossa visão de homem, isto é, entendê-lo como um ser de relações, capaz de aprender, mudar e transformar.

Além da Comissão de Inclusão, ainda estão presentes na Universidade núcleos que atendem principalmente crianças de escolas públicas com deficiência que também fazem ações tanto para serviço da comunidade acadêmica quanto para a comunidade externa por meio de ações de extensão, mostrando que essas atividades estão além dos muros da UFAM.

## **8. DISCUSSÃO**

Esta pesquisa pretendeu mostrar algumas reflexões para uma possível resposta à questão fundamental a todos que atuam de diferentes formas, junto à educação: o que é inclusão? E o que se está sendo feito para a inclusão dos alunos com deficiência na UFAM de acordo com os documentos oficiais?

A possibilidade de responder essa indagação, só foi possível através de novos questionamentos referentes à retomada do papel que a sociedade brasileira vem desempenhando nas diferentes formas de sua organização, o que reforça, constantemente, a sua seletividade sobre diferentes grupos sociais impondo uma "organização" institucional precária, deturpando princípios e regras, desenvolvendo seus propósitos e finalidades, noutra extremo de suas funções.

Porém notou-se ainda o escasso no cumprimento de algumas demandas, pois em alguns momentos percebe-se que nem todos são devidamente cumpridos, pois ainda existe uma retenção aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, apesar de haver leis que amparam o direito desses alunos.

Notou-se também a falta de registros oficiais do aluno com deficiência desde sua chegada ao âmbito universitário, muitos dos dados aqui coletos e mostrados foram oriundos de outras fontes das quais eram repassadas para que as informações fossem coletadas, apesar de ter havido uma resposta, foi nitidamente visto que mesmo a UFAM avançando aos poucos no processo de inclusão ainda tem muito trabalho pela frente, muitos desafios que podem ser superados ao longo do tempo com o auxílio da comunidade acadêmica e administrativa.

Mas alguns cenários institucionais estão colocando esses direitos em prática tanto na Universidade Federal do Amazonas quanto nas outras universidades brasileiras vem buscando um espaço mais inclusivo onde cada indivíduo possa ser recebido e acolhido sabendo que sua especificidade será atendida e respeitada.

Sabemos que mais que a arquitetura, o currículo e as atividades, o ambiente universitário deve ser verdadeiramente acolhedor, onde o respeito à dignidade do ser humano seja mais discutida, como também exercitada no dia-a-dia por toda a comunidade universitária.

Educadores que atuam em suas distintas modalidades relatam ter dificuldades em lidar com as diferenças, seja no desenvolvimento de atividades pedagógicas específicas para o atendimento à diversidade, seja nos momentos de socialização fundamentais ao processo de inclusão escolar dos cidadãos.

O exercício de cidadania e a prática da inclusão devem ocorrer em todos os momentos e espaços da academia para que se tornem um ato natural e corriqueiro em nossas vidas. Dignidade humana é considerada a si mesma e ao

outro como uma pessoa que tem seu próprio valor, independentemente de sua situação social, cultural e econômica.

Nesse contexto, entendemos que a inclusão precisa ser vivenciada e construída na universidade, nas pequenas ações do dia a dia, abrangendo os direitos e os deveres, gerando compromisso, responsabilidade e participação.



## 10. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. - 10. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

BOGDAN, R. C, BIHLEN, B. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora. 1994.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: Corde. 2010

\_\_\_\_\_ **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC. 1996.

\_\_\_\_\_ **Lei Nº10. 048 de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica (portadoras de deficiência) atendimento prioritário. Brasília: Planalto. 2000

\_\_\_\_\_ **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Planalto. 2000

\_\_\_\_\_ **DECRETO 5.296 de 02 de dezembro de 2004**, denominado Lei da Acessibilidade, regulamenta as Leis 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a Lei 10. 098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a formação da acessibilidade. Brasília: Planalto. 2004

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC. 2010.

\_\_\_\_\_ **PORTARIA 3.284 de 07 de novembro de 2003**, “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.” Brasília: MEC. 2003

\_\_\_\_\_ **DECRETO Nº 5. 626 de 22 de dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei nº 10.436/ 2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão das LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos e organização da educação bilíngüe no ensino regular. Brasília: Planalto. 2005

\_\_\_\_\_**DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Brasília: Planalto. 2010

\_\_\_\_\_**DECRETO Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Planalto. 2011

\_\_\_\_\_**Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Políticas de Educação Especial – Educação Especial um direito assegurado.** Livro nº01. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_**Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Incluir.** Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

CARDOSO, M. A. C.C **Barreiras arquitetônicas no ambiente construído (Dissertação de Mestrado).** Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 1996.

FOUCALT, M. **A ordem do discurso**, 6. Ed. São Paulo: LOYOLA, 1999.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Declaração Mundial de Educação para Todos.** Jomtien, 1991

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUGES

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MELO, F. R. L. V. de. **Mapeando, conhecendo e identificando ações da Universidade do Rio Grande do Norte diante do ingresso do estudante com deficiência.** In: MARTINS, L. A. R. et al (Orgs.). Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. Natal/ RN: EDUFRRN, 2009, p. 240.

MANAUS. **MEMO nº 281/ 2014- Departamento de Assuntos Estudantis/ Pró Reitoria de Assuntos Comunitários de 21 maio de 2014.** Dados Referentes aos discentes com deficiência atendidos pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários. UFAM, 2014.

\_\_\_\_\_**MEMO nº 101/ 2014- Departamento de Assuntos Estudantis / Pró Reitoria de Assuntos Comunitários de 15 de fevereiro de 2014.** Manaus, 2014.

MATOS, M. A. d. S. **Cidadania, Diversidade e Educação Inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus.** 2008. 229f.

(Tese de Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2008.

MINAYO; M. C DE S. **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA; L. C. Retratos da prática avaliada no contexto da sala de aula universitária com alunos com necessidades educacionais especiais. IN: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005. Anais... Caxambu, 2005.

NERI, M. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE/CPS, 2003.

OSÓRIO, C. do N.; OSÓRIO, A. M. **O Direito a educação: os desafios da diversidade social**. Santa Maria: Rev. De Educação Especial, nº 24, 2004.

SIQUEIRA; I. M. SANTANAII; C. da S. **Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior**. Relato de Pesquisa. Rev. bras. educ. espec. vol.16 no. 1 Marília Jan./ Apr. 2010.

ROCHA; T. B. MIRANDA; G. T. A Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. In: DÍAS, F.(Org) [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

## 11. ANEXO A – Memo. Nº 101/2014- DAEST/ PROCOMUN



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários  
Departamento de Apoio ao Estudante



Memo. nº 101/2014 – DAEST/PROCOMUN

Manaus, 15 de fevereiro de 2014.

Profª Drª Maria Almerinda,

Em resposta a sua solicitação de dados, informo que segue abaixo os nomes dos acadêmicos com deficiência que buscam atendimento nesta Pró-Reitoria. Um dos atendimentos prestados é caracterizado pelo acompanhamento pedagógico mediante a contratação de monitores com a verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, estabelece que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas em áreas, dentre elas, "...acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência." (Decreto nº 7.234/2010, §1º- Item X). Abaixo estão os nomes dos alunos contemplados com os monitores.

Nome Completo	Curso	Especificidade
Jady de Oliveira Lima	Pedagogia	Visual
Lucas Lima Carvalho	Jornalismo	Baixa Visão
Samuel Muca do Vale Pereira da Silva	Ciências Sociais	DV olho direito e Baixa Visão olho esquerdo
Afrânio Regis de Oliveira Leite	Educação Física	Físico
Luziana Gomes Rocha da Silva	Agronomia (Campus Humaitá)	Auditiva
Joilson de Oliveira Meireles	Pedagogia (Campus Humaitá)	Físico
Rafael Amazonas Barros*	Ciências – Química e Biologia (Itacoatiara)	DV olho esquerdo e Baixa Visão olho direito

\* o aluno conta com auxílio de três monitores.

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Coroado, Campus Universitário, Bloco da Reitoria.  
CEP: 69077-000 – Manaus/AM, e-mail: [daest@ufam.edu.br](mailto:daest@ufam.edu.br), telefone: 3305-1795.



## 12. ANEXO B – Memo. Nº 101/2014- DAEST/ PROCOMUN



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários  
Departamento de Apoio ao Estudante





Outro atendimento promovido pela Universidade é o Programa Bolsa Trabalho, que foi instituído por meio da Portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro de 2007 e, alterado e consolidado pela Portaria Nº 598/2010 de 17 de março de 2010, que possui a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos acadêmicos regularmente matriculados em curso de graduação, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável. Nesse Programa, enquadra-se a aluna **Jady de Oliveira Lima** como bolsista no Projeto Comissão de Inclusão e Acessibilidade, esse coordenado pelo Prof. Renato Brandão.

Atenciosamente,

  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários  
Departamento de Apoio ao Estudante  
Daniel Ferreira de Castro  
Diretor

## 13. ANEXO C – Ofício nº 36/ 2014 de 07 de maio de 2014- Solicitação de dados.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**Manaus, 07 de maio de 2014.**

**Ofício nº36/2014**

**A Pró Reitora de Ensino e Graduação- PROEG**  
**Profª Lucídio Rocha Santos**

Tendo em vista o compromisso da Universidade Federal do Amazonas com a Pesquisa e o Ensino e aprovação do Projeto de PIBIC intitulado: **PIB-SA/0049/2013 "Políticas Inclusivas: Mapeando, Conhecendo e Identificando ações da UFAM diante o ingresso de estudantes com deficiências."** encaminho a vossa senhoria, esta solicitação da documentação referentes a dados das pessoas com deficiência que buscam os serviços desta Pró Reitoria.

Tal projeto de pesquisa buscará coletar dados sobre as matrículas de alunos com deficiência na UFAM assim também informações referentes aos outros Campus e unidades acadêmicas desta IES (Capital e Interior).


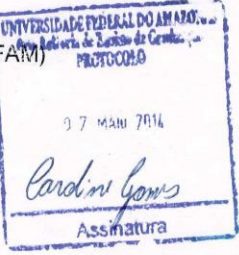
Se possível informar: A quantidade de acadêmicos matriculados com deficiência especificando cada Campus da UFAM; Nome completo do acadêmico, o curso do qual faz parte na UFAM e qual sua especificidade; A coleta desses dados é parte integrante do projeto de pesquisa do Programa de Bolsas Iniciação Científica- PIBIC/UFAM, que conta como aluno bolsista o acadêmico Josivaldo Vilaça do Nascimento ICHL/UFAM e como orientadora a Professora Doutora Maria Almerinda de Souza Matos- FACED/ PPGE/UFAM.

Segue em anexo a declaração de participação no Programa PIBIC 2013/2014.

Desejando votos e apreço e sucesso, sem mais para o momento .

Atenciosamente,

*M. Almerinda de Souza Matos*  
Prof.ª. Dr.ª. Maria Almerinda de Souza Matos (PPGE/UFAM)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**Pró Reitoria de Ensino e Graduação**  
**PROEG**

07 MAI 2014

*Cardini Gomes*  
Assinatura

*Josivaldo*

**14. ANEXO D – Ofício nº 36/ 2014 de 07 de maio de 2014- Declaração de participação no projeto.**

	<p><b>Universidade Federal do Amazonas - UFAM</b> <b>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</b> Departamento de Apoio à Pesquisa - DAP</p>	
--	--	--

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFAM 2013/2014 no período de 01/08/2013 a 31/07/2014 com o título "Políticas Inclusivas: mapeando, conhecendo e identificando ações da UFAM diante do ingresso de estudantes com deficiências." está cadastrado neste Departamento de Apoio à Pesquisa com o Código PIB-SA/0049/2013 e possui a seguinte composição de recursos humanos:

Orientador(a): Maria Almerinda de Souza Matos

Aluno(a): Josivaldo Vilaca do Nascimento (Voluntário)

Declaramos ainda que o(a) aluno(a) está aguardando a avaliação do Comitê Científico para recebimento do Certificado.

Manaus, 30 de janeiro de 2014.


Este documento possui Validade de 30 dias.

---


Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Bloco X, Mini-Campus – Aleixo Cep: 69077-000 Tel./Fax: (092) 3305-4127  
E-mail: pibic@ufam.edu.br.

**Lira - Sistema de Controle de Projetos de Pesquisa.**


15. ANEXO E – Ofício nº 36/ 2014 de 07 de maio de 2014- Tramitação da solicitação de dados.



**Poder Executivo**  
**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal do Amazonas**  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**



**UFAM**



Processo nº 23105...../2014	Of. nº <u>36</u> ...../2014
Memo nº...../2014	( ) Requerimento ( ) Outros

Assunto: Solicitação de Dados

Interessado: M<sup>a</sup> de Souza Mats

**DESPACHOS**

À(o): DNA para manifestar s...

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Ass.: [Assinatura] Em: 13 / 05 /2014  
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação

À(o): Excmo. Pro-Reitor, este Departamento não é o setor responsável pelo acompanhamento e apoio a acadêmicos com deficiência e não mantém registros específicos a respeito - atividades que, por outro lado, são realizadas pela DAEST/PROCOMUN para onde torcemos a remessa deste pedido.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Registro Acadêmico

Ass.: [Assinatura] Em: 16 / 05 /2014  
Antônio Heriberto Catalão Junior  
Diretor

À(o): DAEST/PROCOMUN p/ análise e providências cabíveis.


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação


Ass.: [Assinatura] Em: 16 / 05 /2014  
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado, Campus Universitário, Bloco da Reitoria.  
CEP: 69077-000 – Manaus/AM Telefones: (92) 3305-1482 e-mail: secretaria\_proeg@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS  
BRASÍLIA - DF, 11/05/2014  
ASSINATURA

16. ANEXO F – Ofício nº 36/ 2014 de 07 de maio de 2014- Tramitação da solicitação de dados.

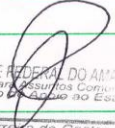



**Poder Executivo**  
**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal do Amazonas**  
**Pro- Reitoria de Assuntos Comunitárias**

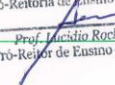
**PROCESSO** \_\_\_\_\_  
**ASSUNTO:** \_\_\_\_\_  
**INTERESSADO:** \_\_\_\_\_

**DESPACHOS**

Data: 19/05/14  
 Para: Nazari  
 Favor atender a solicitação.

De: \_\_\_\_\_  
  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários  
 Departamento de Assuntos Comunitários  
 Daniel Ferreira de Castro  
 Diretor

Data: 23/05/2014  
 Para: Profa. Dr.ª Maria Alencar da S. Mato (PPGE/UFAM) FACCIO  
 Encaminhar o Ofício nº 28/2014-DPAC/PROCOMUN, 21/05/2014,  
 com as referências solicitadas nº 04-36/2014.

De: \_\_\_\_\_  
  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
 Prof. Lucílio Rocha Santos  
 Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Data: \_\_/\_\_/\_\_  
 Para: \_\_\_\_\_  
 De: \_\_\_\_\_

Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho  
 Setor Norte - CEP 69.077-000 - Manaus - AM  
 Impresso na CSG / UFAM

17. ANEXO C – Memo nº 281/ 2014- DEST/ PROCOMUN de 21 de maio de 2014- Resposta da solicitação de dados.



**Poder Executivo**  
**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal do Amazonas**  
**Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários**  
**Departamento de Apoio ao Estudante**



**UFAM**



---

Memo nº 281/2014 – DAEST/PROCOMUN
Manaus, 21 de maio de 2014.

A sua Senhoria o Senhor  
Profº Lucídio Rocha Santos  
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Senhor Pró-Reitor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à solicitação do Ofício nº 36/2014, encaminhamos, em anexo, os dados dos discentes com deficiência atendidos com serviços oferecidos por este Departamento/PROCOMUN.

Informamos ainda, que não dispomos do quantitativo de acadêmicos matriculados em cada Campus da UFAM, conforme solicitado no referido Ofício.

Atenciosamente,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários  
Departamento de Apoio ao Estudante

*Daniel Ferreira de Castro*  
**Diretor**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
PROTOCOLO

21 MAIO 2014

*Keliane*  
Assinatura

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Coroado, Campus Universitário, Bloco da Reitoria.  
CEP: 69077-000 – Manaus/AM e-mail: [daest@ufam.edu.br](mailto:daest@ufam.edu.br) – 3305-1795.

**18. ANEXO C – Memo nº 281/ 2014- DEST/ PROCOMUN de 21 de maio de 2014- Resposta da solicitação de dados.**

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS PELO DAEST/PROCOMUN

Nº	Aluno	Unidade	Curso	Tipo de Deficiência
1	Jady Oliveira de Lima	FACED	Pedagogia	Visual
2	Lucas Lima Carvalho	ICHL	Comunicação Social- Jornalismo	Baixa Visão
3	Samuel Muca do Vale Pereira	ICHL	Ciências Sociais - Bacharelado	DV olho direito e Baixa Visão olho esquerdo
4	Rafael Amazonas Barros	ICET	Licenciatura em Ciências- Química e Biologia	Visual
5	Afranio Regis de Oliveira Leite	FEFF	Educação Física	Física